

Governo perde força e pressão popular pode pôr fim a reforma Administrativa

As alterações em pontos do relatório do deputado Darci de Matos (PSD-SC) na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020, que estava sendo discutida, nesta semana, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, mostrou que a equipe econômica do governo Jair Bolsonaro está perdendo força, e que vai enfrentar dificuldade para aprovar a matéria no plenário. A mobilização da sociedade civil e a pressão das entidades representativas dos servidores públicos e das centrais sindicais junto aos parlamentares foram fundamentais para tentar enterrar a matéria, conhecida como reforma Administrativa, que pretende pôr fim ao serviço público brasileiro.

Mesmo com admissibilidade da PEC aprovada na CCJ por 39 a 26 votos, a disputa na Comissão Especial, para onde a proposta segue agora, promete ser ainda mais acirrada. Diante desse contexto, a posição firme dos deputados que fizeram oposição à proposta foi importante para o resultado na CCJ. Mas é o aumento da pressão dos próprios servidores e a mobilização da população contra ataques a seus direitos constitucionais que poderá pôr fim à essa reforma Administrativa. Pressione parlamentares em seu estado e cobre voto em defesa do povo e dos serviços públicos. Acesse o "Na Pressão".

Votos revertidos

A deputada federal, Maria do Rosário (PT-RS), uma das parlamentares que encabeçou a luta pela rejeição da PEC 32 na CCJ, emitiu nota em que faz uma análise sobre os pontos negativos que o governo federal vai enfren-

tar quando a PEC for levada ao plenário da Câmara.

Além de ser categórica quanto a inconstitucionalidade incontestada na matéria, ela aponta uma série de injustiças previstas na famigerada reforma Administrativa. A parlamentar lembra, na nota, que “nesses mais de três meses de tramitação da PEC 32 na CCJ conseguimos tempo para expor suas mazelas através do exercício democrático de obstrução. O fato surtiu efeito e votos foram revertidos”.

Ela também destaca que se o desempenho no plenário for o mesmo visto na CCJ, “a Reforma não passará em Plenário, já que, por se tratar de Projeto de Emenda Constitucional, pre-

cisa de 2/3 do total de parlamentares da Câmara. Na CCJ foram apenas 59% favoráveis, proporção insuficiente”.

Maria do Rosário destacou ainda o papel determinante da mobilização da sociedade civil e das entidades representativas dos servidores públicos em pressionar os parlamentares. “Os argumentos políticos e as premissas econômicas apresentadas pelo governo são nitidamente falsas. Se essa reforma passar, criará condições para perseguições mil dos governos de plantão e irá tirar qualidade dos serviços públicos, especialmente nas áreas de saúde, educação e segurança que concentram 80% do funcionalismo”, destaca.

Fonte: Condsef

ATENÇÃO

Informamos aos nossos(as) filiados(as) e aos colaboradores(as), que em função do alto número de contágios pela pandemia de Covid-19, o Sindsep/MA manterá o horário de atendimento de 9 às 13h, com medidas de distanciamento e prevenção já trabalhadas pela entidade.

Assim sendo, serão feitos por dia: 05(cinco) atendimentos para a Secretaria Geral e, 05(cinco) atendimentos para a Secretaria de Assuntos Jurídicos e Institucionais.

Esperamos que a situação melhore e que logo possamos estar juntos em tempo integral novamente.

VACINAS PARA TODOS JÁ



Sindsep.MA



@sindsepmaranhao



@sindsepmaranhao



sindsepmaranhao

57% dos brasileiros são a favor do impeachment de Bolsonaro

Em apenas três meses, aumentou em 11 pontos e foi para 57% o percentual dos brasileiros a favor do impeachment do presidente Jair Bolsonaro (ex-PSL) segundo pesquisa PoderData, publicada no site Poder360.

De acordo com a pesquisa, caiu 10 pontos percentuais - passou de 47% para 37% - o percentual dos entrevistados que acham que Bolsonaro deve continuar no cargo.

A reprovação do governo também aumentou. No início de fevereiro, a reprovação da gestão de Bolsonaro estava em 48%. Hoje, 59% dos brasileiros dizem desaprová-la.

Entre os entrevistados que avaliam o trabalho de Bolsonaro como “ruim” ou “péssimo”, 91% querem a sua saída do cargo.

No recorte por gênero, faixa etária, região do país e renda, a pesquisa mostra que querem Bolsonaro fora a maioria das mulheres (61%), dos jovens de 16 a 24 anos (62%), dos nordestinos (64%), das pessoas que ganham entre 5 e 10 salários mínimos (68%).

Já entre os que defendem a permanência de Bolsonaro no cargo estão os homens (43%), pessoas de 45 a 59 anos (45%), menores da Região Norte (59%), e os trabalhadores que ganham de 2 a 5 salários mínimos (44%).

Segundo o Poder360, essa é a primeira pesquisa sobre a avaliação do impeachment de Bolsonaro feita depois da insta-

lação da Comissão Parlamentar de Inquérito que apura ações e omissões do presidente no combate à pandemia do novo coronavírus. A CPI da Covid no Senado já ouviu depoimentos dos ex-ministros da Saúde Henrique Mandetta, Nelson Teich, do general Eduardo Pazuello, da Capitã Cloroquina e de Dimas Covas, do Instituto Butantan, que comprovam o descaso do presidente na compra da vacina contra a Covid-19.

A reportagem diz ainda que até esta quinta-feira foram protocolados 120 pedidos de

impeachment de contra Bolsonaro na Câmara dos Deputados. Os dois últimos foram feitos por Alexandre Frota (PSDB-SP) e pelo líder indígena Ailton Krenak, no dia 24.

Metodologia da pesquisa

A pesquisa PoderData entrevistou 2.500 em 462 municípios nas 27 unidades da Federação, entre nos dias 24 e 26 de maio.

A margem de erro é de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos.

Fonte: CUT

